

Tribunais Eleitorais do Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte



IGUALDADE, DIVERSIDADE E
INCLUSÃO

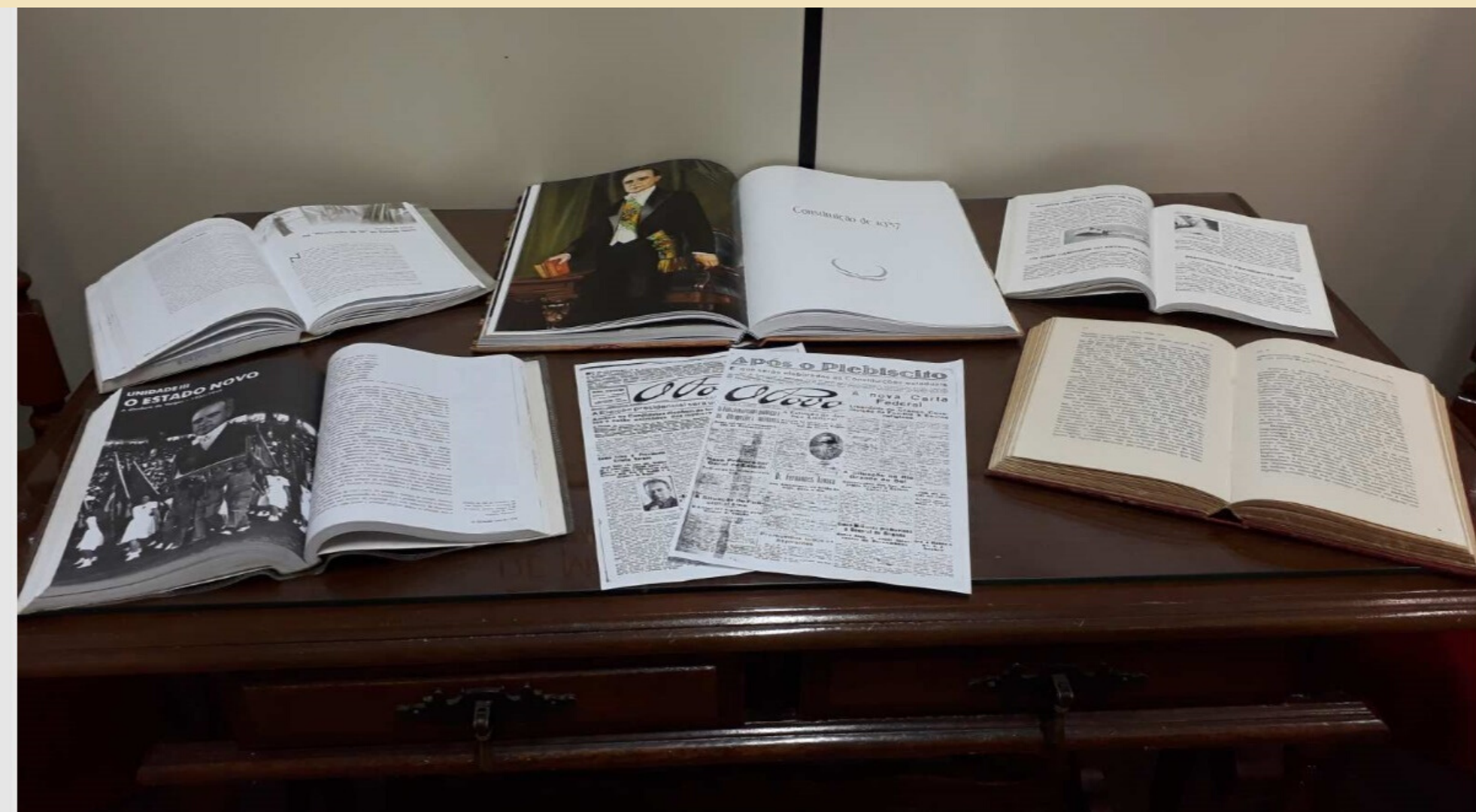
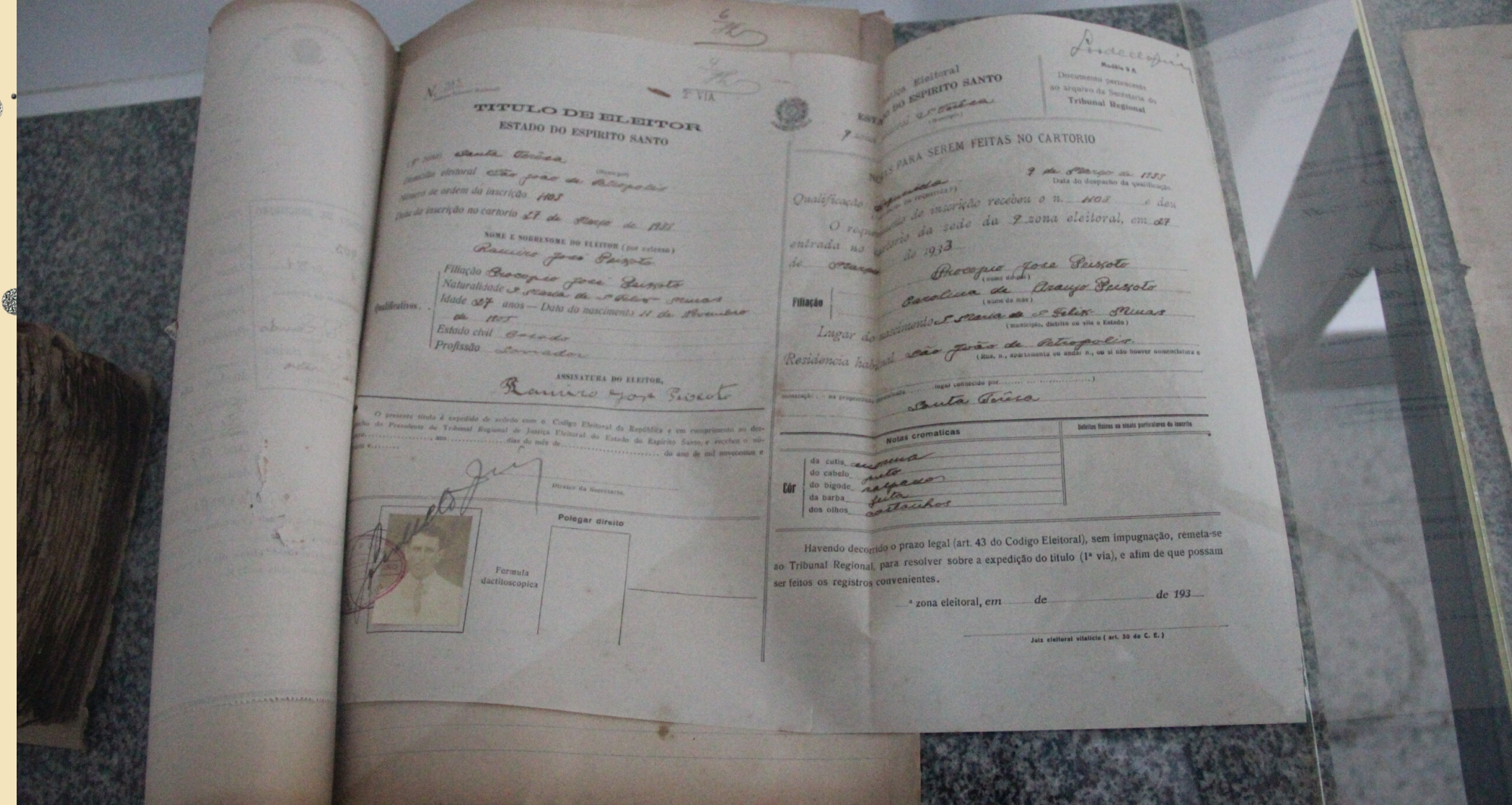
Museu para ...

Este ano, o
Instituto Brasileiro de Museus propôs
para ser trabalhado por ocasião da 18ª
Semana Nacional de Museus, que
acontece de 18 a 24 de maio, o tema
“Museus para
a igualdade: diversidade e inclusão”.

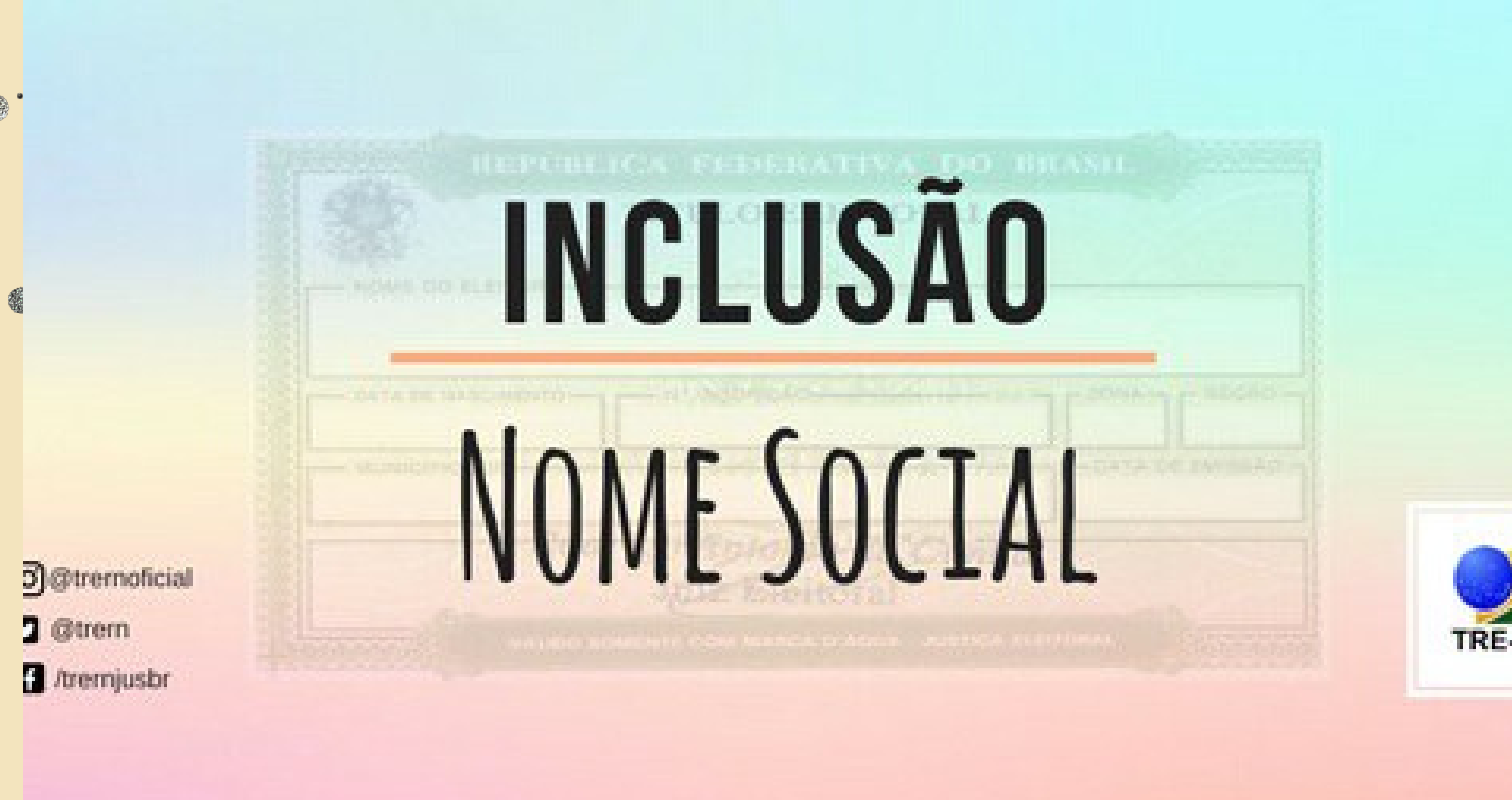
18ª SEMANA
NACIONAL DE MUSEUS



As Unidades de Memória dos TREs do
Ceará,
Espírito Santo e Rio Grande do Norte, em
uma ação colaborativa, elaboraram essa
cartilha objetivando apresentar ao público
os trabalhos desenvolvidos com
vistas à inclusão de minorias. Para tanto,
optou-se por fazer um recorte das
ações realizadas nos últimos cinco anos.



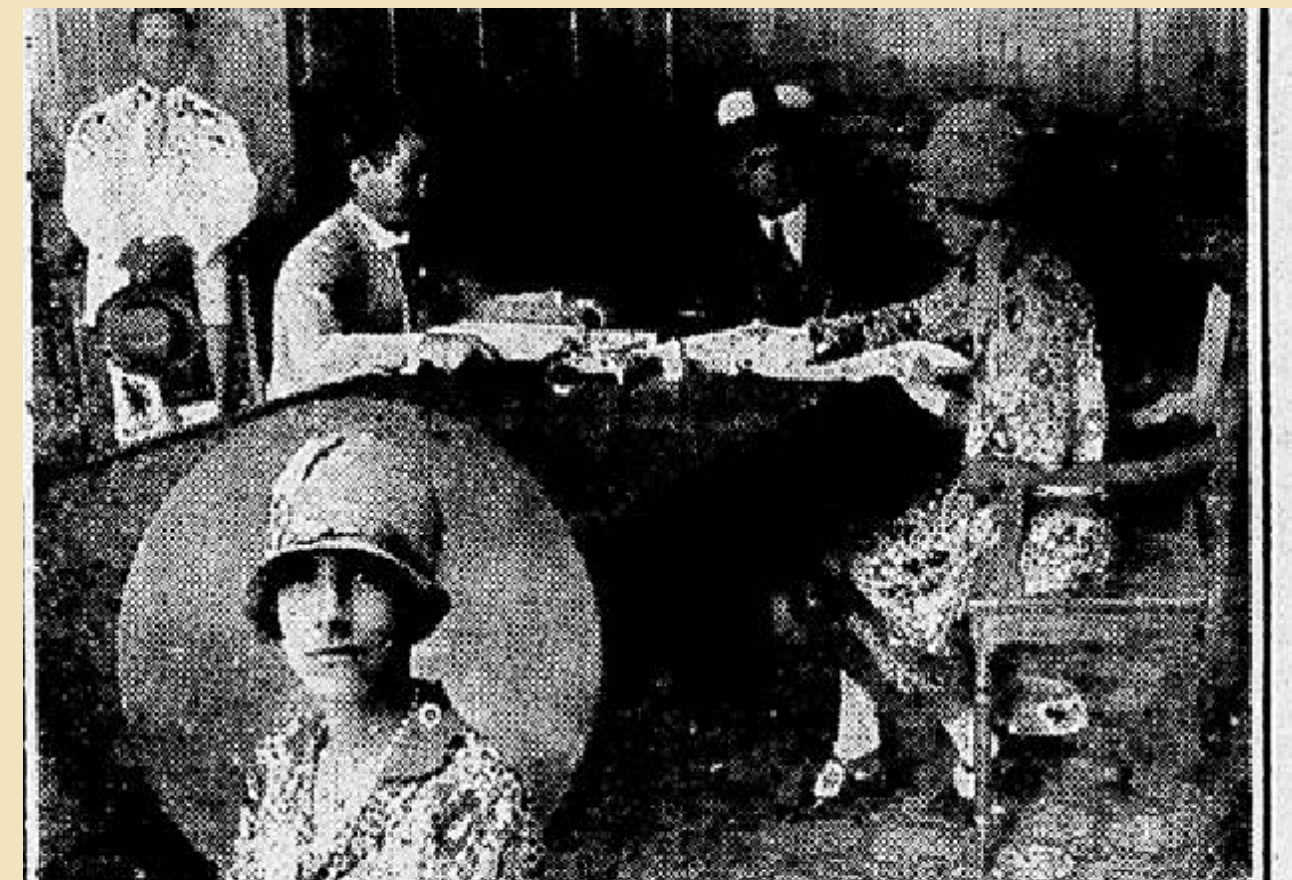
O tema reveste-se de particular importância uma vez que evidencia as ações levadas a efeito pela Justiça Eleitoral com o objetivo de facilitar o acesso ao voto a cadeirantes, pessoas com deficiência visual ou auditiva e a grupos como as comunidades indígenas, quilombolas, presos provisórios etc, os quais, por dificuldade de acesso são, não raras vezes, privados desse direito.



Voto Feminino...

As ações para promoção do fortalecimento da presença feminina na política está presente em todos os tribunais, cada um executando estas ações à sua maneira, com palestras, rodas de conversa na capital e no interior do Estado; ora por meio das unidades que compõem o gabinete das Escolas Judiciárias, ora pelos Centros de Memória e recentemente pela Comissão de Participação Feminina.

RN - Alistamento de Júlia Alves



Analfabetismo

O analfabetismo funcional que se dá quando uma pessoa sabe ler ou escrever, mas não desenvolve a capacidade de interpretar o que está escrito.



Projeto de inclusão política, realizado no CRPD, em Vitória

Cidadania



As ações de Cidadania desenvolvidas pelos tribunais eleitorais, em sua maioria partem das atividades desenvolvidas pelas Escolas Judiciárias Eleitorais.

Os programas "Eleitor do Futuro", "Justiça Cidadã", "Partiu Mudar", "Campanha de Educação Política e Alistamento Eleitoral", "1º Título", dentre tantas outras iniciativas que demonstram a preocupação desta Justiça com a sociedade.



18^a SEMANA
NACIONAL DE MUSEUS



Acessibilidade



Em 2012 foi instituído o Programa de Acessibilidade destinada às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Resolução TSE nº 23.381/2012).

Em 2014 o formulário para identificação de eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida disponível nas seções eleitorais no dia das eleições, onde o eleitor - se quiser - pode informar à Justiça Eleitoral a sua condição para que nas próximas eleições, naquele local de votação, a acessibilidade seja ampliada.

A sinalização atende ao disposto nas leis federais 10.048/00, que trata do atendimento preferencial a pessoas com deficiência, idosos com sessenta anos ou mais, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, e à Lei 13.977/20, que criou a carteira de identificação da pessoa com TEA e alterou a Lei 12.764/12 (Política Nacional dos Direitos da Pessoa com TEA).

Merece destaque as ações do TRE/CE que desde 2010 vem desenvolvendo em todo o estado adaptações de locais de votação, em 2018 o referido tribunal doou cerca de 41 rampas de acesso em 10 locais de votação de Fortaleza (como projeto piloto), disponibilização de fones de ouvidos e convocação de intérprete de libras para os locais de votação; bem como a iniciativa, por meio do provimento, CRE-CE 24/2017, que disciplina a comprovação das pessoas em situação de rua.

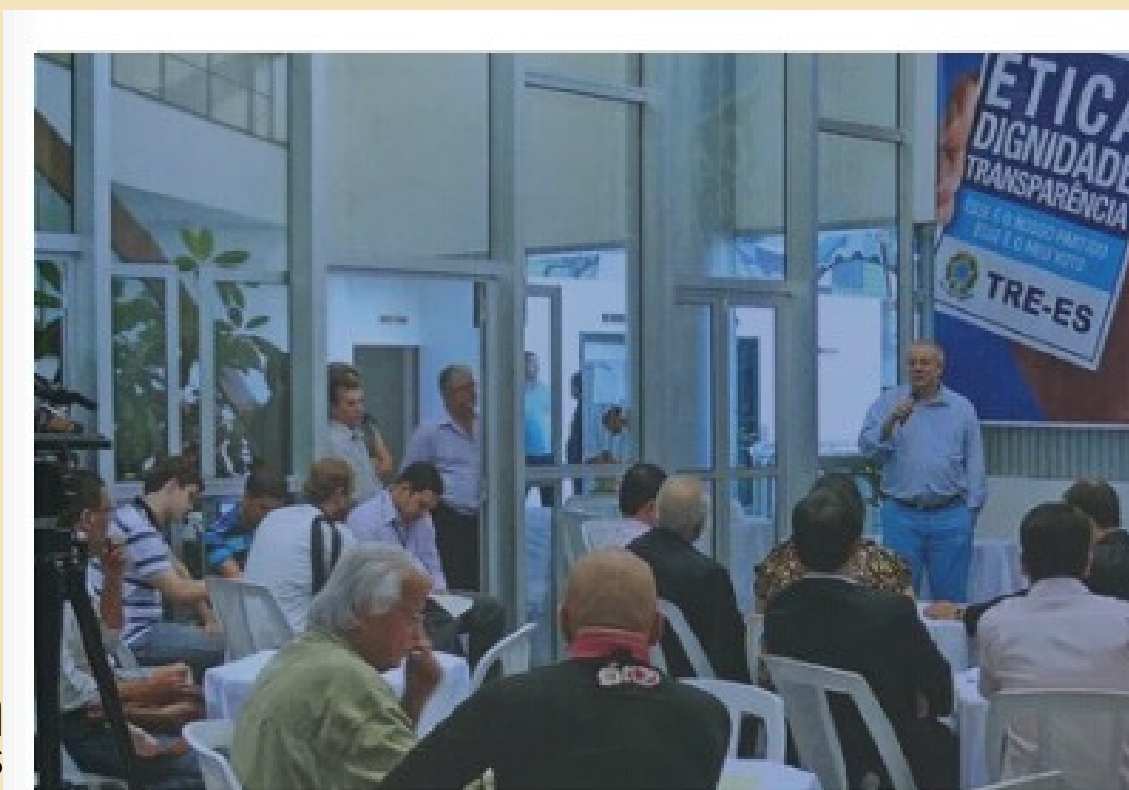


Ética e Moral



Em 2010 um novo programa surgiu para o fortalecimento da inclusão da minoria à democracia. Buscando enraizar valores éticos e morais vários tribunais procuraram estabelecer ações neste sentido.

Merece destaque o TRE/ES que com o Programa de Ética e Transparência Eleitoral (PRETE) e seus parceiros buscaram fomentar ações de inclusão.





Eleições

SEÇÕES ESPECIAIS

18^a SEMANA
NACIONAL DE MUSEUS

Comunidades Quilombolas

O trabalho da Justiça Eleitoral em relação às comunidades Quilombolas consiste em identificar as seções que já existem nestas comunidades e criar novas onde não houver.

Um grande passo foi dado em 2012, pelo TRE/CE, quando firmou convênios com a Fundação Cultural Palmares para identificação das comunidades quilombolas no Estado. Mais 3 mil e 500 quilombolas puderam votar em seções eleitorais em localidades perto de suas comunidades (Res. 477/2012).

Em 2016, ampliou esta ação por meio de treinamento de mesários quilombolas. 35 seções receberam os votos de 7.091 eleitores quilombolas, distribuídos em 20 municípios, proporcionando a votação em sua própria comunidade.

Acaraú, Aquiraz, Aracati, Araripe, Baturité, Caucaia, Croatá,
Horizonte, Pacajus, Ipueiras, Itapipoca, Moraújo, Novo Oriente,
Potengi, Quiterianópolis, Quixadá, Salitre, São Benedito,
Tamboril e Tururu.

Em 2018, representante da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) visitou as seções eleitorais instaladas em comunidades quilombolas.

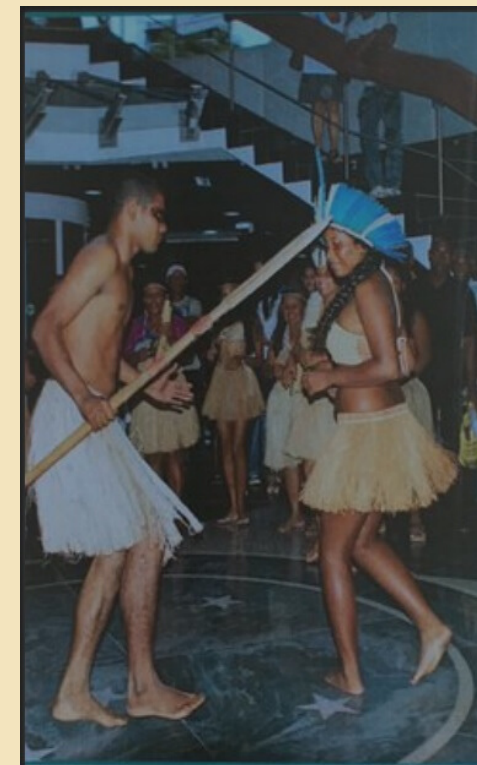
Comunidades Indígenas

O trabalho da Justiça Eleitoral em relação às Comunidades Indígenas são as mesmas que foram adotadas para as Comunidades Quilombolas, ou seja, consiste em identificar as seções que já existem nestas comunidades e criar novas onde não houver.

Nas Eleições Gerais de 2018, no Ceará, 5.253 eleitores votaram em 30 seções especiais indígenas instaladas em 15 municípios

Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito e Tamboril.

Representante da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) visitou em 2018 as seções eleitorais em comunidades indígenas. A Justiça Eleitoral do Ceará vem desenvolvendo esforços desde 2011 para garantir o direito de alistamento e voto às comunidades indígenas.



TRE/ES - Comunidades Indígenas



TRE/CE - 9ª Semana de Museus

Deficientes Visuais

A Justiça Eleitoral, por meio de palestras e campanhas, tem buscado ampliar as condições para que os deficientes visuais consigam exercer os seus direitos. Fones de ouvidos e teclas em braile na urna eletrônica já foram pensados, mas este cuidado e preocupação deve ir além destes recursos, precisam chegar ao atendimento destas pessoas, como chegar fisicamente até elas, como guiá-las...

Como exemplo, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, levou ao Instituto dos Cegos, em Fortaleza, equipamentos biométricos que foram instalados nas dependências da instituição, de forma a atender os alunos com deficiência visual. Nos primeiros dias cerca de 102 eleitores fizeram a biometria.





Presos Provisórios

A preocupação com o voto e ressocialização dos presos provisórios resultou em várias ações nos TREs.

No caso do TRE/ES, especificamente em 2018, ocorreu, por meio de cooperação técnica, parceria para a criação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes, atendendo até 891 adolescentes internados e 7.659 presos provisórios (a ação foi realizada nas 22 unidades prisionais do Estado).

No TRE/CE, em 2019, promoveu atendimento no Centro Socioeducativo do Canindezinho, em Fortaleza, com o intuito de emitir o título de eleitor dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, foram 59 adolescentes na unidade socioeducativa.

Estas ações são algumas das que os TREs desenvolveram prol da inclusão.





Justiça Eleitoral e o Isolamento Físico

TRABALHO REMOTO,
SERVIÇOS ONLINE, ETC

Em função da pandemia da Covid-19, os serviços presenciais da Justiça Eleitoral e a coleta de dados biométricos foram suspensos.

O sistema Título Net recebeu milhares de requerimentos de eleitores por serviços remotos ofertados pela Justiça Eleitoral.





ELEITOR

saiba como fazer alistamento,
transferir domicílio ou
regularizar seu título.

18^a SEMANA
NACIONAL DE MUSEUS



Pela primeira vez, os disponibilizaram atendimento inteiramente pela internet, no período de 22 de abril a 6 de maio de 2020. Através da ferramenta Título Net, desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os cidadãos fizeram alistamento eleitoral, solicitaram a transferência ou a revisão dos dados.

Certidão Emergencial atesta que, durante o período de suspensão do atendimento, o eleitor será dispensado da comprovação da quitação eleitoral para exercer seus direitos.



Equipe

TRE/CE

José Vasconcelos Arruda Filho

TRE/ES

Patrícia Marques da Silva Nascimento

Walas Silva Coelho - estagiário

TRE/RN

Ana Paula Vasconcelos do Amaral e Silva Araújo

Paulinéa Marise Lima de Araújo

Glícia Kaliane Lucas Machado de Souza - estagiária

Victor Matheus Medeiros - estagiário

Parceiros

ASCOM/CE

Aline Oliveira Martins

ASCOM/ES

Rodrigo Calumby Hermont

ASCOM/RN

Virgínia Coelli

Gabriel de Macedo Leite - estagiário